

# Derrota na eleição atrasa bloco

Líderes partidários que apóiam o governo acham que o momento exige "prudência"

FLAMARION MOSSRI

BRASÍLIA — A derrota de candidatos apoiados pelo presidente Fernando Collor, no segundo turno das eleições, prejudicou a formação de um bloco de sustentação ao governo no Congresso. Segundo admitem líderes partidários afinados com o governo, o malogro eleitoral de Paulo Maluf (PDS-SP), Nélson Marchezan (PDS-RS), José Carlos Martinez (PRN-PR), João Castelo (PRN-MA), José Ignácio Ferreira (PST-ES) e Hélio Costa (PRN-MG) aconselha prudência.

Além da falta de unanimidade no alinhamento automático de apoio a Collor, as bancadas governistas não demonstram disposição de estabelecer confronto na eleição das futuras mesas diretoras da Câmara e do Senado. O PMDB teria o apoio imediato do PSDB, do PDT, do PSB, do PCB e do PC do B na luta contra o bloco pretendido pelo governo. Nessas condições, os aliados do presidente, filiados ao PMDB, não arriscariam trocar de legenda, e o Palácio do Planalto sofreria considerável desfalcamento no Congresso.

Dirigentes do PFL e do PDS lembram que o próprio ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, coordenador político do governo, quando no exercício do mandato de senador, nunca revelou entusiasmo na formação de um bloco nesses moldes para tentar afastar o PMDB do comando do Congresso. Nas avaliações que vêm sendo feitas pelos pedessistas, o partido não iria indicar políticos contestadores, radicais e intransigentes para presidir a Câmara e o Senado. Pelo contrário, observam, os nomes citados no PMDB são considerados "confiáveis", o que significa parlamentares notoriamente conciliadores.

Na reabertura dos trabalhos legislativos, após a instalação e eleição das mesas diretoras — a partir de 15 de fevereiro —, o governo poderá contar com um bloco formado por parlamentares de diferentes partidos, o já denominado Frentão. Os líderes Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Amaral Neto (PDS-RJ) admitem que a maior preocupação do Planalto não é a presidência das duas casas, mas a indicação de relatores das medidas provisórias.



Wilson Pedrosa/AE-22/11/90

Fiúza e Amaral: governo se preocupa com poder do PMDB na indicação de relatores das MPs